

DESÂNIMO DO PROFESSOR

*Almeida, Maria Cecília M. F. de¹
Perinasso, Cláudio²*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo estudar as causas que promovem o descompasso entre uma educação efetiva, e de qualidade, com o papel do professor nas atuais condições de trabalho que lhes são impostas, uma vez que, diante das novas propostas pedagógicas e cobranças de qualidade de ensino, tendo como contrapartida políticas salariais ineficientes, condições de trabalho inadequadas e a desvalorização profissional, surgem patologias que, possivelmente, estão associadas ou são desencadeadas pelo fenômeno conhecido como “Desânimo do Professor” ou “Mal Estar Docente”.

Palavras- chave: desânimo, estresse, mal estar do professor

Abstract: *This article aims to study the causes that promote the gap between effective education, and quality, with the teacher's role in the current working conditions imposed on them, once following new pedagogical proposals and demands of quality of teaching, with a wage policies ineffective, inadequate working conditions and professional devaluation, diseases emerge that are possibly related to or are triggered by the phenomenon known as "Discouragement of Professor" or "Teacher Burnout".*

Keywords: *discouragement, stress, teacher burnout*

Ao iniciar esse trabalho, procuramos reconstruir a imagem do professor que ainda habita o inconsciente de uma sociedade que idealiza a escola como espaço de construção de saberes e socialização dos sujeitos.

Para tal, remetemo-nos ao cancionero popular Ataulfo Alves, na música “Em Meus Tempos de Criança”, que enalteceu a saudade da professorinha que o ensinou o “be a bá”.

(...)
Que saudade da professorinha
Que me ensinou o beabá
Onde andaré Mariazinha
Meu primeiro amor, onde andaré?
(...)

Mesmo usando o humor, como bem o fez Adoniram Barbosa, durante anos em programas da rádio Record, em São Paulo, na década de 40, em pleno período do Estado Novo, apesar de se caracterizar como aluno irreverente diante das exigências que a educação

¹ Formação em História, Professora do Colégio Santa Maria, em São Paulo e Gestora na Rede Pública Estadual.

² Mestre em Parcerias Público-Privadas em Educação pela Universidade Cidade de São Paulo - UNICID, Professor de Língua Inglesa e Gestor na Rede Particular e Estadual de Ensino.

proposta pelas políticas de Gustavo Capanema impunha às escolas, respeitava a professora que, embora chamasse sua atenção constantemente, era elogiada pelo aluno, que via, nela, o depositário do saber.

Outro aspecto que recorre à memória são os espaços físicos dos prédios escolares. Monumentais, amplos, com pé direito altos, tinham uma razão de ser.

“(…) o convívio com a arquitetura monumental, os amplos corredores, a altura do pé-direito, as dimensões grandiosas de janelas e portas, a racionalização e a higienização dos espaços e o destaque do prédio escolar com relação à cidade que o cercava visavam incutir nos alunos o apreço à educação racional e científica, valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República” (FARIA FILHO E VIDAL: op. cit. p. 25).

Ao buscar na literatura informações sobre as imagens representativas que se tinham das instituições de ensino, encontramos referências de um local específico que recebem várias denominações como escola, grupo escolar, educandários, etc, e ao professor: mestre, docente, lente, elementos fundamentais pela continuidade das tradições de uma sociedade.

Ao falar em tradição, encontramos a tradução do latim que aponta o verbo *tradire*, que significa entrega; ato de passar algo para outra pessoa, ou de passar de uma geração para outra. Intrinsecamente associada com experiência e seriedade.

Mas, quais transformações ocorreram nesse cenário? Quem é o professor de hoje?

Chamou-nos a atenção o tema ”desânimo do professor” quando ao ler uma entrevista concedida a uma revista de educação, um antigo mestre de Curitiba, padre por vocação e professor por abnegação, assevera que “houve um tempo em que sentíamos orgulho de dizermos que somos professores. Agora, temos vergonha”.

Hoje, professores sentem-se como pajens, quando não reféns de crianças e jovens indolentes, rebeldes e muitas vezes violentos. Escolas viraram palco de episódios da crônica policial.

Além dessa visão nada romântica do papel do professor nos dias de hoje, ainda temos o desprestígio social, diante da perda econômica sofrida há décadas pelo corpo do magistério.

Os tempos mudaram e com ele a imagem romântica do mestre se perdeu no caleidoscópio de uma sociedade que não percebe com clareza a diferença entre do binômio espaços públicos e privado.

Como público, entendemos lugares de convivência social, local de uso comum que exige respeito de todos que o ocupam. Como privado, buscamos no latim suas origens,

encontra-se *privatus*, ou seja, *oikos* ou *domus* configurando espaço doméstico, onde o que prevalece é o desejo, padrões, valores de quem nela habitam. Nem sempre esse desejo, valores ou padrões correspondem aos exigidos nos espaços públicos.

Como na urdidura de um tecido o papel atual do professor se entrelaça nas tramas dessa nova ordem social.

Diante da desestruturação familiar, que ocorre em vários lares, o núcleo inicial de formação de uma criança não ocorre mais no interior da sua célula básica descaracterizando a ação do *oikos*.

Por outro lado, o ritmo alucinante que se instalou na vida cotidiana dos pais ou responsáveis, delegou, também, à escola, o papel que antes era destinado às famílias, igrejas e associações, no que diz respeito à prática e à construção de valores que cabiam ao *privatus*.

Ao falar em família, entendemos que é uma instituição que influencia diretamente no desenvolvimento e o desempenho escolar do aluno, pois, supondo que a família seja desestruturada, a criança, provavelmente, se desestruturará e, com isso, talvez apresente fracasso escolar.

“a família é o primeiro grupo com o qual a pessoa convive e seus membros são exemplos para a vida. No que diz respeito à Educação, se essas pessoas demonstrarem curiosidade em relação ao que acontece em sala de aula e reforçarem a importância do que está sendo aprendido, estarão dando uma enorme contribuição para o sucesso da aprendizagem” (GENTILE, 2006, *apud* PERINASSO, 2011, p. 94)

Conforme as pesquisas de Perez (2007, p. 10) “é comum ouvirmos que o grupo familiar, atualmente, está em crise e, até mesmo, se extinguindo”.

“Na verdade, o que vem ocorrendo são mudanças na estrutura e nos papéis dos membros da família, em decorrência das alterações sociais que, por sua vez, acabam colaborando para a existência de diversas formas de constituição e modalidades de educação familiar, negando a construção histórica de um modelo de família único e ideal” (PEREZ, 2007, *apud* PERINASSO, 2011, p. 94).

Por família, atualmente, podemos entender uma série de arranjos nas relações entre pessoas ligadas por laços de aliança e afinidade.

A idealização de um modelo ideal de família fortalece o discurso preconceituoso que desqualifica os grupos que não apresentam a constituição familiar nuclear, que é a constituída por pai, mãe e filho(s). A consequência desse discurso é o de justificar qualquer dificuldade dos membros dos grupos com constituições diferenciadas em função da diversidade de

arranjos, ou seja, passam a ser identificados como famílias desestruturadas, conforme Goldani (2002, pp. 29-48).

Acrescenta-se a esse novo modelo de educação as exigências das propostas educacionais no Brasil, e, em particular no estado de São Paulo, provocando efeitos imediatos no ritmo de trabalho e vida dos profissionais da educação, transformando-os em agentes polivalentes, acumulando as responsabilidades da transmissão do conteúdo acadêmico e das obrigações que antes pertenciam ao *domus*.

Esse fenômeno, que distancia as famílias da vida escolar de seus filhos, é claramente sentidos no dia a dia das escolas e está diretamente relacionados aos altos índices de violência entre os alunos, desrespeito ao professor e ao espaço físico das unidades escolares, culminando com a desvalorização do ensino e o desânimo do profissional da educação que não encontra respaldo ou eco em suas ações pedagógicas.

Como exemplo desse desinteresse familiar nas ações educativas, perante legislação, uma das obrigações da escola consiste em informar aos pais sobre o alto índice de ausência de seus filhos às aulas.

A primeira medida é convocar os responsáveis para um encontro com os coordenadores pedagógicos ou com a equipe gestora a fim de diagnosticar o motivo das ausências do educando. O retorno dessa convocação é ínfimo diante dos chamados e, quando acontecem, é comum ouvir dos responsáveis que não podem fazer nada diante do fato, pois, sentem-se impotentes para atuar na participação da construção de valores dos próprios filhos.

Seguindo os ditames processuais, cabe à escola, em um segundo momento, acionar o Conselho Tutelar que, por sua vez, tem o dever de acompanhar casos a eles apresentados e orientar as famílias.

Porém, vê-se que muitos núcleos desse órgão são ineficientes e omissos e demoram, em excesso, para convocarem as famílias, isso quando o fazem.

Em última instância, a escola deve recorrer ao Ministério Público, quando o caso se torna de extrema gravidade ou coloca em risco a integridade do menor. Sabemos que as ações demoram a ser analisadas, o que deixa a escola refém de sua própria vontade de coibir e evitar danos maiores a esse estudante, bem como o corpo gestor, professores e funcionários se sentem abandonados diante do desprestígio de suas solicitações aos que deveriam se posicionar como parceiros na ação educativa.

A implantação da gestão democrática, presente desde a publicação da Constituição de 1988, e regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, onde amplia o período letivo em 200 dias, ou 800 horas, para que os alunos permaneçam mais tempo na escola, exige

a participação efetiva dos colegiados escolares **que incluem pais**, (grifo nosso) responsáveis pelos alunos e comunidade escolar.

Esses seguimentos raramente estão presentes quando da construção do Projeto Educativo das Escolas, mas se sentem desrespeitados quando julgam que uma ação da escola não condiz com suas expectativas, cumprimento de metas e de currículos preestabelecidos.

Assim, o novo modelo de gestão democrática é construído somente no interior da escola sem seus interlocutores. Passa a ser responsabilidade do corpo diretivo e dos professores acarretando uma sobrecarga de trabalho (não remunerado), e de responsabilidade, sem se pensar no tempo destinado para a elaboração da proposta que, para ser ideal e fidedigna aos anseios de conquista do sucesso educativo demanda estudos, assembleias e redação do estatuto.

Mais uma vez, o professor é obrigado a abrir mão de seu tempo pessoal em nome da educação de qualidade, e com gerenciamento “democrático onde somente ele e dele serão cobrados resultados satisfatórios.” Sem falarmos ou levarmos em consideração os salários desses profissionais da educação que, cada vez mais achatados, obrigam-nos a ministrarem o maior número de aulas possíveis, muitas vezes em muitas unidades escolares diferentes, nem sempre próximas, exigindo desconforto ao deslocar-se de uma para a outra e correndo contra o tempo.

Temos que reconhecer a importância das políticas públicas que têm como bastião de seus fundamentos a educação para todos e justiça social, postas na Constituição Federal de 1988 e legitimadas pela LDB de 1996, ao enfatizar a garantia do acesso de todos que procuraram as redes públicas de ensino.

As reformas no sistema de ensino buscam, dessa forma, atender às exigências para uma educação com qualidade e de equidade social. Assiste-se, na rede pública, um aumento considerável de interessados em educação, desde a Educação Infantil até ao Ensino Médio.

Em regiões consideradas carentes, mesmo as que se situam em grandes centros, populações que antes encontravam dificuldades no acesso à formação acadêmica inicial, estão, agora, em atendimento, ainda que, de maneira precária, pelas unidades educacionais, com o objetivo de garantir os princípios da equidade social e reduzir a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Para atender à demanda, as escolas, em especial as das periferias, passaram a ampliar suas turmas ou mesmo o número de alunos por sala, mesmo que, com esse procedimento, desrespeitam a proposta legal que delimita o número de estudantes por sala de aula.

Nas escolas pesquisadas, na Vila Andrade, em São Paulo, a média de alunos por sala passava de 40 nas séries iniciais (incluindo os primeiros anos), 45 no Ciclo II, e, de, 50, no Ensino Médio.

Para propagar as novas conquistas, setores da política nacional, estadual e municipal não mediram esforços ao prestar contas para a população em palanques ou discursos inflamados de orgulhos por essas conquistas. Porém, na outra ponta desse processo, o que garante a quase universalização do ensino, está o professor; esquecido, desamparado e sem voz para se colocar diante das mudanças “palanqueiras”.

Ao atender essa demanda, os professores escancaram as portas das escolas como se fossem grandes arenas, independentemente das condições de infraestrutura física, arquitetônicas ou de recursos humanos capacitado para atender às novas exigências, visto que os responsáveis pela nova visão de escola nem sempre estiveram “*in lócus*” para presenciar a verdade que se descortina no que se chama de “**espaço escolar**” (grifo nosso).

Escolano (2001) disse que nem o tempo nem o espaço são elementos neutros do ensino e, ao pensar assim e observar a realidade das construções dos prédios atuais, encontrou estruturas inadequadas, mesmo nos espaços escolares construídos recentemente, que deveriam ser projetados para atender à demanda. Percebe-se a despreocupação e o despreparo dos profissionais responsáveis que erguem prédios sem a adequação de espaços específicos para o lazer (pátio), refeição (refeitório), áreas cobertas (para dias de sol ou chuva), etc., a fim de comportar adequadamente e confortavelmente o grande número de alunos que abrigam diariamente.

Um dos piores desconfortos que um professor pode enfrentar está ligado ao mal uso de sua voz, ferramenta indispensável para o seu trabalho. Grande parte desse problema diz respeito aos detalhes acústicos das salas de aula.

O tempo de reverberação sofre influências diretas na arquitetura das salas. Tamanho das salas e altura do teto, paredes paralelas, qualidade dos materiais usados nas paredes e pisos, que intensificam os ruídos. A relação fonte-ruído diz respeito à capacidade do timbre e potência de voz do professor serem capazes de ultrapassar o ruído existente na sala de aula ou em seu entorno.

Salas com paredes finas e paralelas, materiais reflexivos (que não absorvem o som) e equipamentos que produzem ruídos como ventiladores, estacionamento de veículos, parques infantis, campos de futebol ou quadras esportivas próximas são causas advindas de uma arquitetura desrespeitosa, para não dizer desumana, tanto para o professor quanto para o próprio aluno.

Para minimizar tais efeitos, seria a colocação de placas absorventes de som, no teto, ou de painéis acústicos, nas paredes, que diminuem o tempo de reverberação, rebaixar de luminárias que, muitas vezes, instaladas altas devido ao pé direito elevado, a fim de clarear o ambiente da sala de aula.

O mesmo poderia ser feito nos corredores dos prédios, pois nas atuais construções, além das paredes finas, ainda possuem elementos vazados que permitem a passagem de ruídos de uma sala para a outra, ou do corredor, interferindo nas aulas, de uma maneira geral.

Quando o mestre é ousado, inovador e abraça as novas propostas metodológicas que incentivam o uso do espaço escolar com criatividade ao acreditar na concepção do aluno ser o próprio autor de seu conhecimento e não mero reproduzidor do que é ensinado, agrava-se a questão discutida. Cada vez que sua turma posiciona-se no desenvolvimento de um trabalho diferente, onde há a necessidade de deslocar o mobiliário escolar, as salas do andar a baixo sofrem com o barulho. Se, numa das aulas faz-se o uso de músicas ou algum outro recurso de áudio, prejudica-se o desenvolvimento das atividades das demais turmas. Pense, agora, o professor diante desse quadro, tanto o que deseja que sua aula seja dinâmica, quanto o outro que tenta desenvolver seus conteúdos utilizando-se da metodologia expositiva focado a participar na construção dos seus sujeitos!

Durante os intervalos, o mestre não tem repouso, pois, na sala dos professores, a falta de espaço obriga que alunos se aglomerem em pequenos recintos, muitas vezes anexos à sala dos docentes, para brincar, comer, enfim praticarem o que toda criança faz quando está feliz – gritar -.

A desvalorização do mestre e a falta de autoestima não permitem que ele perceba os pormenores da falta de acústica e deficiências arquitetônicas, sem se dar conta de que esse é um dos muitos fatores que influenciam no seu desempenho e na sua saúde. Sugerimos esse cenário como sendo o primeiro responsável pelo quadro de estresses da profissão docente.

Ao retomar o tema, no que diz respeito às novas exigências que o papel do professor tem hoje diante das propostas democráticas de ensino, encontramos o mestre desempenhando nova missão que extrapola as salas de aula, num processo que exige a articulação entre a gestão escolar e a comunidade na elaboração do Plano Pedagógico (PP). Ou seja, participar do planejamento escolar que ocorre fora de seu período regulamentar de trabalho sendo necessário dispor de maior dedicação e mais tempo na escola.

Ainda, a administração escolar não dispõe de amparo legal que obrigue a presença do professor nesses momentos, o que, muitas vezes, provoca situações incômodas entre os que se dispõem a participar na elaboração dos tais planos, e aqueles que não aceitam ou se veem

impossibilitados devido à atuação em várias unidades escolares ou deveres particulares e, que, por sua vez, gera formação de grupos distintos e de olhares enviesados. Resulta desse fato o primeiro e talvez o mais grave ponto de insatisfação com o ambiente de trabalho envolvendo todos os atores da cena educacional.

Em pesquisa pela consultoria Weigel Coaching, no primeiro semestre de 2011, com mil sujeitos de São Paulo e Rio Grande do Sul, relatam que 32,2% dos trabalhadores se sentem parcialmente felizes ou infelizes profissionalmente, e que um dos principais motivos para essa sensação é a perda da autonomia no trabalho e a falta de construção de vínculos com seus pares nas atividades diárias.

Quando não se tem um ambiente de trabalho harmonioso, a tarefa se transforma em fardo, em puro cumprimento de obrigações. Surgem dúvidas se vale a pena continuar nesse espaço de produção de tristeza e mal estar.

Outra faceta do descaso que as novas políticas educacionais não tiveram a coragem de se debruçar para analisar diz respeito às infindáveis categorias profissionais que surgiram no magistério público estadual de São Paulo. Temos, na rede, os efetivos, os ocupantes de função atividade (OFA) - inseridos na categoria “F” -, perante legislação, os contratados – inseridos nas categorias “L” e “O”, os eventuais – categoria “O” -, e os estudantes. Cada um com direitos restritos à sua categoria. Direitos que geram instabilidade emocional e procedem na formação de situações incômodas e desgastantes entre os profissionais que, apesar de exercerem as mesmas funções, são vistos com menos direitos e, conseqüentemente, com menor valor. Percebe-se esse processo discriminatório na legislação e, também, na arrogância dos próprios colegas de trabalho.

A cada início de ano letivo, vivenciamos momentos de angústia e aflição entre os professores que não são efetivos, uma vez que não sabem quais são as regras para a atribuição de aulas, pois as mesmas mudam a cada ano e sempre às vésperas do processo. Vê-se, nesse trâmite, que esses profissionais já iniciam o período escolar passando por grande estresse.

Ainda sobre as categorias de professores não efetivos, num segundo momento, todos reunidos (ou quase todos, já que muitos trabalham em duas ou mais unidades escolares), iniciam o planejamento anual sem nem mesmo conhecerem a realidade dos alunos que irão participar da construção do seu conhecimento, pois a grande maioria não pertencia à unidade escolar onde trabalhou no ano anterior.

A não construção de vínculos com o espaço de trabalho e a necessidade de recomeçar a cada ano em unidades escolares diferentes, com clientelas diferentes, provocam distanciamento entre os profissionais. Não favorece a socialização de seus pares e, pior, afeta

seu sentimento de pertencimento ao grupo constituído e, que, possivelmente, gera, também, o desânimo e o mal estar entre os docentes.

Sobre a intensificação desse desânimo, apontam-se fatores qualitativos e quantitativos que alteraram a profissão docente nos últimos tempos.

Quanto aos qualitativos, surgem dados relacionados à perda do reconhecimento da profissão pela sociedade e sua desvalorização profissional atrelada à baixa remuneração.

“Eu fico apaixonado quando uma pessoa diz que é professora, ou professor, de escola primária, é inacreditável. Porque a pessoa deveria ser muito bem assistida. Devia ter bom salário e muitas regalias na sociedade brasileira para estimular a educação, o ensino. Mas os professores não têm isso, ao contrário” (DEHEINZELIN, 1996, p. 160).

Em contrapartida, a quantitativa está relacionada à sobrecarga de atividades da própria profissão. O que exige esforço, em excesso, do docente, como aumento de programas e projetos a serem cumpridos por meio das aulas durante ano letivo. Número elevado de alunos em sala de aula, o que, a nosso ver infringe a legislação vigente. Espaços físicos inadequados para o desenvolvimento de atividades diferenciadas sem material de apoio pedagógico adequado. Carga horária, com aluno, o que despersionifica um trabalho com qualidade.

Codo (1999) estudou uma amostra de quase 38 mil trabalhadores em educação em todo o país. Identificou que 32% os sujeitos apresentaram baixo envolvimento emocional com a tarefa devido à escassez de tempo em programá-las com qualidade. 25% apresentaram-se com exaustão emocional e, 11%, com quadro de despersonalização. O autor lembrou que o trabalho do professor não se restringe ao exercício da sua função dentro da sala de aula, uma vez que exige atualização e preparação constante para ser realizado de modo satisfatório.

Dessa forma, a jornada de trabalho do professor, fora da escola, é muito maior do que as horas de aula propriamente dita.

Agrava-se esse quadro quando o professor ministra aulas em diversos lugares e/ou em turnos diferentes, visto que a preparação das aulas requer avaliações múltiplas e esquemas variados. Prima-se por maior investimento de tempo na execução de um volume maior de trabalho, mais dedicação, esforço físico e intelectual.

Tais situações constituem um conjunto de fatores que explicam a sobrecarga mental ao provocar sua exaustão ao deixá-lo exaurido emocionalmente ao perceber seu trabalho sem sentido e significado. Como resultado, surge sintomas de tristezas, sofrimentos - traduzidos como depressão -, insatisfação, frustração, medo, angústia, ansiedade, etc.

Um estudo ergonômico realizado por Gomes (2002) em um grupo de onze professores (sete mulheres e quatro homens), com idade entre 26 e 60 anos, em uma escola estadual do

Rio de Janeiro, com 283 professores e cinco mil alunos, sendo 40 a 45 alunos por turma, divididos em três turnos, evidenciaram: insatisfação por trabalhar em mais de uma escola; referência à sobrecarga de trabalho determinada por diferentes fatores (gestão, política, infraestrutura e tempo).

A autora menciona a invasão do tempo e do espaço extra-escolar pelo trabalho, a intensificação das atividades no final do ano letivo e o número excessivo de alunos por turno. Finalmente, o estudo citado aborda os efeitos da situação diagnosticada, refletindo-se em agitação, estresse e irritação do professor, que se sente responsável pela formação ética e moral dos alunos.

Os problemas de saúde identificados foram: sensação de intenso mal-estar generalizado; ansiedade, tensão, nervosismo, irritabilidade, depressão, angústia e esgotamento; perturbações do sono; problemas digestivos; problemas respiratórios e da voz.

Os professores estudados expressaram frustrações diante da precariedade de recursos materiais que dificulta o cumprimento de objetivos planejados.

Em São Paulo, numa das escolas situadas na Comunidade de Paraisópolis, constatamos a incidência de 26 pedidos de afastamento para tratamento de saúde, 48 faltas médicas e dois pedidos de exoneração, entre fevereiro e setembro de 2011. Ressalta-se que essa região é uma das mais carentes da cidade de São Paulo, conhecida como Favela do Paraisópolis, contando com mais de 70 mil habitantes, segundo dados do levantamento da prefeitura de São Paulo, em 2009, por ocasião da reurbanização do local acrescentado ao exacerbado índice de violência.

Embora os dados obtidos não permitissem discriminar o número de professores atingidos pelo fenômeno que chamaremos de “síndrome do mestre”, possibilitaram o conhecimento do número de ausências e afastamentos por licenças de saúde entre os educadores, sendo que os diagnosticados com transtornos psíquicos, 09 casos, sejam os mais elevados.

Para Zaragosa (1999), o absentismo seria um mecanismo de defesa utilizado contra a tensão derivada do exercício docente, uma forma de atingir um alívio para escapar das tensões acumuladas e que ocorrem com maior incidência no primeiro trimestre, quando após do retorno das aulas, inicia-se as exigências de preparação de planejamentos anuais, bimestrais e de aulas, reconhecimento das turmas e ingresso em unidades escolares novas, seriam as mais motivadoras do fato.

A massificação e a democratização do ensino trouxeram consigo modificações profundas no perfil social e na imagem da profissão docente. Tais modificações foram

responsáveis, em parte, pelo desprestígio docente que, aliado às péssimas condições de trabalho que são oferecidas a esses profissionais, traduzem a insegurança e o desânimo profissional que atinge boa parte dos profissionais da classe.

“O descontentamento dos professores com tanto descaso torna impossível qualquer efetividade do processo de ensino e aprendizagem sem a adesão e o comprometimento do professor” (ZANARDI, SERETTI, 2009, p. 59).

A ausência dos professores no trabalho pode ser um reflexo da precariedade das condições de trabalho que tem sido oferecida aos professores que, apesar da existência de medidas legais que preveem com antecipação esta situação, tem prejudicado o processo de ensino aprendizagem, pondo em risco a legitimidade da educação escolar

Boa parte das justificativas de ausências pelos professores refere-se problemas de saúde. Fato aceitável se considerarmos as jornadas de trabalho e as péssimas condições de trabalho.

Segundo estudos da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) apontam que as difíceis condições enfrentadas pelos professores no trabalho têm efeitos sobre a sua saúde.

Outro fator a considerar e que contribui para o “Desânimo do Professor” é o que diz respeito ao acúmulo de cargos que um mesmo professor assume. A grande maioria precisa vincular-se a outro cargo para complementar sua renda. A média de aulas semanais desses professores varia de 51 a 64 horas-aulas semanais, ou 204 a 256 horas aulas mensais (SEESP-2010).

A perda do poder aquisitivo do professor é um sinal claro do processo de intensificação do trabalho, o que gera falta de tempo para si mesmo Sem tempo para lazer, horas com a família, novas leituras ou mesmo para aprimoramento profissional, levam esse professor a um estado de cansaço, desânimo, irritabilidade, insatisfação com a profissão e com a própria vida.

Podemos dizer que o principal mal docente é gerado pelo desânimo do professor. A exaustão física e emocional, a falta de reconhecimento, peso da crítica social que o culpa pelos fracassos escolares, baixos salários, baixa autoestima e ausências de resultados percebidos pelo trabalho, diminuição da realização pessoal no trabalho, despersonalização, distanciamento, separação-isolamento, “coisificação”, insensibilidade, cinismo, são as marcas deixadas em um profissional que deveria estar em perfeita saúde mental e física para atender às expectativas que a sociedade deposita nele.

A proletarização da classe, a desvalorização do ensino, as más condições de trabalho, o não reconhecimento de sua importância e a profunda perda da identidade que sustentava a carreira do magistério resultam num novo cenário nas escolas. Salas repletas de alunos que não sabem por que ou para que devem estudar e, que, nem percebem, ou se indignam, com a ausência constante do mestre.

Ao analisar esse quadro, perguntamo-nos: quem participará da construção acadêmica das próximas gerações?

Algumas recomendações simples poderiam ser imediatamente aceitas e adotadas pelos órgãos responsáveis e que regulam o magistério e o trabalho dos professores diminuindo os impactos nocivos à sua saúde e favorecer significativas contribuições à qualidade do ensino.

Primeiramente, pensar em uma política pública de garantias em defesa da saúde dos professores. Dentre ela, os agravos ligados a patologias vocais, os transtornos psíquicos, as desordens musculoesqueléticas, além de um reconhecimento das doenças ocupacionais ou relacionadas ao trabalho que acometem essa categoria, como as respiratórias, alérgicas e auditivas.

Exames periódicos com médicos e especialistas de diversas áreas da saúde como fisioterapeutas, fonoaudiólogos, nutricionistas deveriam ser realizados nos educadores, tal como prevê a legislação específica de empregados da CLT (Norma Reguladora 7).

Os planejamentos anuais, bimestrais, assim como as reuniões para a elaboração do Projeto Pedagógico das escolas deveriam incorporar, de maneira ampla, a participação de todos os atores de modo a incentivar e garantir a autonomia e o controle dos docentes sobre o seu próprio trabalho, além de garantir a satisfação pessoal e profissional do mestre. Uma das maneiras mais imediatas para se ter todos os professores participando de reuniões e assembleias seria a definição de calendário único para esse propósito definido pela Secretaria da Educação, como o faz para o dia destinado à análise do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), quando as escolas param e, reunidos com seus pares, a equipe gestora e professores discutem sobre os avanços ou problemas detectados em suas unidades.

Ampliar os Horários de Tempo Pedagógico Coletivo (HTPC) ou Horário de Tempo Pedagógico Livre (HTPL) - remunerados - realizados na própria escola, para o preparo de planos de aulas, correção de trabalhos e provas, desenvolvimento de aulas interdisciplinares entre os professores de diferentes áreas do conhecimento, evitando, assim, a sobrecarga de atividades profissionais fora de seu horário de trabalho que, para ocorrerem, sacrificam outras atividades ou necessidades pessoais.

Adaptação dos projetos arquitetônicos a fim de atenderem o mínimo de condições necessárias para o trabalho, fazer valer da legislação ao lembrar-se do número de alunos por sala de aula, ventilação, materiais acústicos e iluminação adequada. Evitar que as salas de aulas estejam próximas a estacionamentos, ruas movimentadas, pátios ou quadras esportivas.

Se não for possível atender a tais propostas, que as salas sejam contempladas com matérias isolantes ao ruído externo.

Substituição do quadro de giz por quadros especiais que se utilizam de canetas ou similares.

Adequação de cadeiras e carteiras que respeitem os parâmetros ergonômicos para o bom posicionamento e conforto de alunos e professores, durante tantas horas em sala de aula.

Fiscalização por representantes do Ministério do Trabalho, nas unidades escolares, a fim de acompanharem se as normas trabalhistas estão sendo respeitadas e se o quadro de apoio escolar está completo (secretários de escola, agentes de serviços de limpeza, merendeiras, inspetores de alunos, etc.) para não sobrecarregar os funcionários existentes e haver desvio de funções prejudicando, muitas vezes, a higiene, limpeza e segurança das escolas.

Contar com apoio das diversas autarquias responsáveis pelos reparos e manutenção das escolas de maneira mais ágil, desburocratizando os serviços de manutenção e reparos, instalação de equipamentos pedagógicos, audiovisuais, informática dentre outros.

Favorecer, por meio de mudanças na legislação, a permanência e dedicação exclusiva de professores em uma só unidade escolar sem prejuízo de salário.

Pensar no professor e na sua importância no cenário da construção de sujeitos que participarão do crescimento e, possivelmente, reconhecimento de nosso país como nação democrática. Ações simples podem resultar em melhorias significativas, tanto para o mestre, quanto para o educando.

Para o mestre, o restabelecimento de sua autoestima e amor pela profissão. Para o aluno, a certeza de que o estudo é o passo mais importante para a conquista de seus sonhos.

Para a escola, o resgate da sua identidade como espaço de socialização e núcleo de construção de sujeitos.

Referências Bibliográficas

ASSUNÇÃO, Ada A; OLIVEIRA, Dalila: **Intensificação do trabalho e saúde dos professores** : Educação e Sociedade 2009. Disponível

em:<[HTTP://WWW.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302009000200003&lng=PT&nrm=isso&tlng=pt](http://WWW.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302009000200003&lng=PT&nrm=isso&tlng=pt)>. Acesso em 13 abr 2012.

BRASIL. Portaria nº 397 do Ministério do Trabalho e Emprego, 2002

_____. Constituição Federal (1988). Constituição da República Federativa do Brasil; promulgada em 5 de outubro de 1988. Vade mecum. 3. ed. São Paulo.São Paulo:Saraiva 2007.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez.1996.

CNTE. Retrato da Escola. 1999. Disponível em: <<http://.cnte.org.br>>.

CODO, W. (Org.) **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis: Petrópolis: Vozes, Dicionário eletrônico Houaiss. Disponível em:< [HTTP://downloadsmais.com/dicionario-eletronico-houaiss-pt-br-2011](http://downloadsmais.com/dicionario-eletronico-houaiss-pt-br-2011)>.

ESCOLANO, Agustim: **Além do espasmo do presente, a escola como memória**. Revista História da Educação – v. 15, nº33 – 1999.

ESTEVES, J M. **Malestar docente**. Barcelona: Paidós, 1999.

_____, J.M. **Mudanças Sociais e Função docente**. In: Nóvoa, A Profissão Professor. 2ª edição, Portugal - Porto Editora,1995.

_____, J.M: **O mal estar docente - a sala de aula e a saúde do professor**. Bauru: Edusc, 1999

_____, J. M: **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo - Editora Moderna, 2004.

FARIA, L. M. F - **500 anos de educação no Brasil**. Editora Autêntica , UFMG, 2004.

GARCIA, Eduardo Amaral: **Baixos salários e repressão aos professores**. Jornal do Brasil de Fatos, nº399, outubro 2010.

GASPARINI, S. M, BARRETO S. M, ASSUNÇÃO, A. A. “**O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde**”. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 197, maio/ago. 2005.

GOMES, L: Trabalho **multifacetado de professores/as: a saúde entre limites**. Dissertação de Mestrado - Escola Nacional de Saúde. Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2002.

NORONHA, M. M. B; Assunção, A. A; Oliveira, D. A.: **O sofrimento no trabalho docente: o caso das professoras da rede pública de Montes Claros - MG**. Trabalho Educação e Saúde. Rio de Janeiro, v. 6, nº1, pp. 65-96, 2008.

Organização Internacional do Trabalho: **A condição dos professores: recomendação internacional de 1996, um instrumento para a melhoria da condição dos professores**. Genebra: OIT/UNESCO, 1984.

OLIVEIRA, D. - **A regulação educativa na América Latina: repercussões sobre a identidade dos trabalhadores docentes**. Educação em revista, Belo Horizonte, v. 44, pp. 32-65.

PERINASSO, Cláudio: **Parcerias Público Privadas em Educação: Construção de Sujeitos**. Dissertação de Mestrado. 147 p., São Paulo, 2011.

REIS, J. F.Borges: **Docência, exaustão emocional**. Educação & Sociedade, 2006. Disponível em: <http://WWW.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302006000100011&lng=PT&nrm=isso&tlng=PT>. Acesso em 02 abr 2012.

SANTOS, Simar Leila dos. **As faltas de professores e a organização de escolas na rede oficial de São Paulo**. Dissertação de Mestrado. PUC 2006.

SANTOS, Eloisa Helena. **Ciência e Cultura: uma relação entre saberes e trabalho**. Trabalho & Educação - Belo Horizonte, nº7, pp.127-143 -2000.

VALLE, Lilian. **A escola Imaginária**. Rio de Janeiro: DP/A, 1997, p. 200

VIANELLO, L. - **O uso da voz em sala de aula; o caso dos professores readaptados por disfonia**. Dissertação de mestrado em saúde pública - Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

ZANARDE, Gabriel: **Sinais da precarização da carreira docente** - Edusc, 2009.

ZARAGOSA, J. M: **O mal estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Tradução: Durley de Carvalho Cavicchia. 3ªed., Bauru - Edusc,1999.



Periódico de Divulgação Científica da FALS
Ano VI - Nº XIII- JUL / 2012 - ISSN 1982-646X
